

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX.

XXXXXXX, nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da RG nº XXXXXXXX, expedida pela XXXXXXXX, e do CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado(a) XXXXXXXX, Cep: XXXXXXXX, telefone: (XX) XXXXXXXX, vem respeitosamente à presença da Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, NÚCLEO DE SOBRADINHO**, propor a presente:

AÇÃO INOMINADA com pedido de tutela provisória de urgência

em face de **XXXXXXX**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do Registro de Identidade nº XXXXXXXX, expedida pela XXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado XXXXXXXX, demais dados desconhecidos, pelas razões de fato e de direito a seguir delineados:

Preliminarmente, **a Requerente informa que é do lar, não auferindo renda mensal** o que justifica seu pedido aos benefícios da gratuidade de justiça, nos termos da previsão constante na Lei n. 1.050/60, eis que não pode arcar com o pagamento das custas e honorários sem prejuízo do seu sustento e de sua família.

DA FUNDAMENTAÇÃO FÁTICO/JURÍDICA

Primeiramente, cumpre esclarecer, que a Requerente foi proprietária do veículo modelo XXXXXX, Cor XXXXXX, Placa XXXXXX, Renavam n.º XXXXXX, Chassi n.º XXXXXX, efetuando o pagamento de todos os Impostos sobre a Propriedade de Veículo Automotores (IPVA), pois o veículo encontrava-se adimplente para com o Departamento de Trânsito – DETRAN/DF, até a data de sua venda.

A Requerente vendeu para o Sr. XXXXXX em XX de XX de XXXX o veículo modelo XXXX da marca XXXXXX, Cor XXX, Placa XXXXX, Renavam n.º XXXXXXXX, Chassi n.º XXXXXXXX, pelo valor de R\$ XXXXXX (XXXXXX), entretanto não transferiu o veículo junto ao DETRAN/DF, conforme comprova as procurações anexas. **No ano de XXX a Requerente foi procurada pelo Sr. XXXXXXXX**, ora Requerido que havia comprado o veículo do Sr. XXXXXX e queria uma procuração para transferir o veículo para seu nome o mais breve possível, de boa-fé a Requerente foi ao 1º Ofício de Notas e Protesto de Brasília e fez uma Procuração Livro: XXXX, Folha: XXXX, Prot: XXXXX, conforme documento anexo.

Ficou ajustado **entre as partes que o Requerido iria transferir o veículo** para seu nome, sendo-lhe entregue uma procuração pela requerente, que deu poderes necessários para a transferência junto à autoridade de trânsito, estando o veículo naquela época livre de qualquer ônus ou embargo.

Todavia, em que pese diversas diligências no sentido de compelir o requerido que transferisse o veículo para seu nome, tal providência não se perfez.

Em decorrência da desídia do requerido, vem sendo gerado ao longo do tempo diversos débitos vinculados ao veículo a Requerente para não passar por diversos constrangimentos teve que parcelar as dívidas na Secretaria da Fazenda, porque seu nome já constava na dívida ativa, em XXXXX de XXXXX por necessidade da Certidão Negativa de débitos para o financiamento do seu imóvel fez o parcelamento do valor de R\$ XXXXX (XXXXXX) em XXXXX vezes de R\$ XXXX (XXXXXXX) mensais referentes aos débitos do ano de XXXX a XXXX. Restando os débitos dos licenciamentos vencidos do ano de XXXX até a presente, bem como multas, totalizando aproximadamente R\$ XXXXX (XXXXXX).

Sendo assim, não logrando êxito a transferência do veículo

amigável pelo requerido, alternativa não resta a requerente senão provocar a tutela jurisdicional nesse intento.

No que concerne ao direito ora vindicado, cumpre salientar que compete ao comprador providenciar imediatamente a transferência do bem para o seu nome, segundo se depreende do teor do art. 123, § 1º, do Código de Trânsito Brasileiro:

Art. 123. (...)

§ 1º No caso de transferência de propriedade, o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação da expedição do novo Certificado de Registro de Veículo é de trinta dias, sendo que nos demais casos as providências deverão ser imediatas.

Ademais, há que se considerar que a propriedade de bens móveis transmite-se com a tradição, sendo os encargos vinculados ao veículo o tipo de obrigação **propter rem**, ou seja, acompanham a coisa, e não o seu dono.

Assentado que o Requerido tem a obrigação de transferir o veículo para o seu nome, sendo ele responsável por todos os débitos incidentes sobre o veículo, torna-se imperioso constatar que a Requerente tem o correlato direito de exigir o cumprimento da obrigação a cargo do Requerido, podendo demandar a prestação jurisdicional para ver efetivado o seu direito.

Neste sentido tem entendido sua majorada corte que, cabe ao comprador a transferência, conforme resta demonstrado pelo Acórdão abaixo:

*CIVIL. CDC. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. VENDA VEÍCULO. **TRANSFERÊNCIA JUNTO AO DETRAN NÃO PROVIDENCIADA. NEGLIGÊNCIA. DANO MORAL CONFIGURADO.** QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. **CABE AO COMPRADOR TRANSFERIR A TITULARIDADE DO VEÍCULO JUNTO AO DETRAN.** 2. A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DEVE SER FIXADA MEDIANTE PRUDENTE ARBÍTRIO DO JUIZ, DE ACORDO COM O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE, A GRAVIDADE, A REPERCUSSÃO DO DANO, BEM COMO A*

INTENSIDADE E OS EFEITOS DA LESÃO. 3. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.(20070110129052ACJ, RELATOR ARLINDO MARES, SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO DF, JULGADO EM 25/08/2009, DJ 09/10/2009 P. 168)

CIVIL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. TRANSFERÊNCIA. DETRAN. OBRIGATORIEDADE. PROPRIETÁRIO. É OBRIGAÇÃO DO PROPRIETÁRIO ADQUIRENTE TRANSFERIR O VEÍCULO PARA O SEU NOME JUNTO AO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO, NO PRAZO FIXADO PELAS NORMAS ORDINÁRIAS, E RESPONDER PELOS DÉBITOS ORIGINADOS APÓS A TRADIÇÃO.** APELO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.(20050111410492APC, RELATOR ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, 6ª TURMA CÍVEL, JULGADO EM 22/08/2007, DJ 20/09/2007 P. 122)

DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA

A tutela provisória de urgência é medida que se impõe quando se fazem presentes os pressupostos do art. 300 e ss do CPC.

Pelo regramento processual, basta que o juiz faça uma sumária cognição para deferir a tutela de urgência.

No caso em tela, a probabilidade do direito encontra-se por demais evidenciada, na medida em que os documentos anexos comprovam que a Requerente é proprietária do veículo junto ao DETRAN, estando também comprovado sua transferência/entrega ao Requerido por meio de procuração.

O periculum in mora, do mesmo modo, está configurado pela quantidade de multas e débitos de impostos sobre o veículo, que estão registrados em nome da Requerente, mesmo não se encontrando mais o veículo na posse e uso da Requerente.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

- a) a concessão ao Requerente dos benefícios da gratuidade de justiça, nos termos do art. 98, do CPC;
- b) **A concessão da tutela provisória de urgência**, nos termos do art. 300 e seguintes do CPC, inaudita altera pars, **para se determinar a expedição de mandado de busca e apreensão**, com auxílio de força policial, com posterior entrega a favor da Requerente do veículo XXXXX , Cor XXXXX, Placa XXXX, Renavam n.º XXXXXXXX, que se encontra na posse do Requerido;
- c) Caso este juízo não defira a medida de tutela provisória de urgência requerida no item retro, requer em sede de medida cautelar, **que seja determinado o Bloqueio para Circulação e emissão do CRLV do veículo marca XXXXX acima discriminado**, tanto nos Sistemas do DETRAN-DF como do RENAJUD, como medida apta a assegurar os direitos da Requerente;
- d) A citação do Requerido, para comparecer a audiência de conciliação/mediação, considerando o interesse da Requerente na sua realização (art. 319, VII, do CPC), e restando frustrada essa, que apresente resposta no prazo de 15 dias, sob pena de revelia;
- e) que a presente demanda seja julgada procedente, condenando o Requerido ao cumprimento da obrigação de fazer, qual seja, **transferir o veículo para seu nome, bem como, promova a quitação de todos os encargos(multas de trânsito, débitos de IPVA, Seguro DPVAT, Taxa DETRAN) vinculados ao automóvel em discussão nos autos, devidos após a entrega do veículo ao Requerido até a efetiva transferência do veículo para o nome deste último, atualmente no valor aproximado de R\$ XXXXXX no prazo de 15(quinze) dias, sob pena do pagamento de multa diária no valor de R\$ XXXX (XXXXX)**;
- f) Alternativamente, caso reste frustrada a diligência acima pleiteada, que seja Oficiado ao Detran/DF e Secretaria de Fazenda do DF (art. 497 e seguintes do CPC) para transferir o veículo para o nome do

requerido, bem como todos os débitos de multas e impostos incidentes sobre o veículo para nome do Requerido, por se tratar do verdadeiro dono do automóvel em evidência;

- g)** que o Requerido seja condenado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos ao PROJUR, que deverão ser depositados no Banco de Brasília S.A. – BRB, Código do banco XXX, Agência XXX, conta XXXXX-X, PROJUR.

Requer provar o alegado pelos documentos ora juntados, e pela toma do depoimento pessoal das partes em audiência.

Atribui-se a causa o valor de R\$ XXXXX

Nestes Termos, Pede Deferimento.

XXXXX-DF, XX de março de XXXX.

XXXXXXX

Requerente

XXXXXXX

*Advogada Colaboradora
OAB/DF*

XXXXXXX

Defensor Público

